

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

**TRANSCRIÇÃO DO PODCAST VOX - EPISÓDIO 3 -  
COORDENADORIA ESTADUAL DAS PROMOTORIAS DE  
JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL E  
TURÍSTICO (CPPC).**

**SR. ALEX LANZA:** Olá, seja bem-vindo ao Vox, o podcast da web rádio do Ministério Público de Minas Gerais. Eu sou Alex Lanza, e hoje o nosso convidado é o promotor de Justiça, Marcelo de Azevedo Maffra, que está à frente da Coordenadoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais. Seja bem-vindo, promotor, e obrigado por estar conosco aqui no Vox.

**SR. MARCELO DE AZEVEDO MAFFRA:** Olá, Alex, é um grande prazer estar aqui você aqui no podcast do Ministério Público para falar de temas tão importantes relacionados à proteção do nosso patrimônio cultural.

**SR. ALEX LANZA:** Hoje, falaremos sobre a Coordenadoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, os desafios que o promotor de Justiça Marcelo Maffra terá pela frente, ele que assumiu este ano a coordenação, falaremos ainda sobre um aplicativo que será lançado em breve pelo MPMG para auxiliar no combate ao comércio ilegal de bens culturais, entre outros assuntos.

Antes de iniciarmos as perguntas, promotor, eu gostaria que o senhor se apresentasse falando um pouco da sua trajetória aqui no Ministério Público.

**SR. MARCELO DE AZEVEDO MAFFRA:** Eu ingressei no Ministério Público no ano de 2005 e logo no início fui designado para assumir a Comarca Grão Mogol, no norte de Minas, onde tive o grande privilégio de ter meus primeiros contatos com o patrimônio cultural do estado de Minas Gerais. E aquela experiência, com certeza, me estimulou bastante a aprofundar nos estudos pela defesa do meio ambiente e proteção do patrimônio cultural. Depois de Grão Mogol, eu fui designado para trabalhar da Comarca de Mantena, na divisa com Espírito Santo, lá permaneci por quase três anos e, em seguida, assumi a Procuradoria de João Monlevade, no Vale do Aço, sempre com atribuições relacionadas à proteção do meio ambiente, ao patrimônio cultural. E, em razão de algumas atuações de destaque, fui convidado, na época, pelo Dr. Alceu, então procurador geral de Justiça, a assumir a Coordenadoria Regional de Meio Ambiente do Noroeste de Minas, sediado em Patos de Minas e lá eu fiquei por quase seis anos e desenvolvi um trabalho também

relacionado à proteção do patrimônio cultural, especialmente na Comarca de Paracatu, que é considerada um dos berços de nossa história de Minas Gerais. E de lá para cá, tive o prazer ainda de trabalhar na Comarca de Pitangui, que é a 7ª Vila do Ouro, onde também consegui desenvolver um trabalho relacionado à proteção do patrimônio cultural. E, em razão dessas experiências, fui convidado agora pelo Dr. Jarbas Soares a assumir a Coordenadoria Estadual de Proteção ao Patrimônio Cultural.

**SR. ALEX LANZA:** A partir dessa nova coordenação, como será a atuação do Ministério Público de Minas na defesa do patrimônio cultural e turístico junto aos demais promotores de Justiça?

**SR. MARCELO DE AZEVEDO MAFFRA:** O objetivo principal da coordenadoria é prestar um apoio técnico e jurídico a todos os promotores de Justiça do estado de Minas Gerais que atuam na proteção do patrimônio cultural. Nós atuamos em conjunto com os promotores nos casos que são mais complexos e relevantes, desde a sua fase investigatória, com a realização de perícias, requisição de documentos, até a adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais para salvaguarda dos nossos bens culturais. Atualmente, Alex, uma das nossas prioridades na coordenadoria é aprimorar o suporte aos membros e servidores, tentando desenvolver ferramentas que garantam maior agilidade e qualidade na atuação do Ministério Público. A nossa intenção é criar mecanismos que ampliem as ações preventivas, antes da ocorrência dos danos ao patrimônio cultural. Nós estamos agora finalizando um processo de diagnóstico e reestruturação da Coordenadoria de Patrimônio Cultural para, em seguida, lançarmos um material de apoio bem completo e atualizado, com modelos de petições, roteiros de atuação voltados aos temas mais frequentes em todas as Promotorias de Justiça do estado de Minas Gerais.

**SR. ALEX LANZA:** Para uma efetiva proteção dos bens culturais, as políticas públicas relacionadas ao tema precisam ser aprimoradas?

**SR. MARCELO DE AZEVEDO MAFFRA:** Com certeza. As principais dificuldades da nossa atuação começam pela ausência de políticas municipais de patrimônio cultural bem estruturadas. Só para você ter uma ideia, aproximadamente 200 cidades mineiras sequer possuem o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural em regular funcionamento, o que dificulta o desenvolvimento de ações concretas de preservação. Em Minas Gerais, o programa do ICMS Cultural, ele trouxe um importante incentivo à implementação dessas estruturas, visando aumentar o repasse de recursos financeiros para os municípios que têm uma proteção mais destacada em relação ao patrimônio cultural. E para avançar mais ainda, o ideal seria a criação de ações de educação e fomento, especialmente vindas do governo federal. Em relação aos bens culturais móveis, o que nós precisamos

é um fortalecimento de ações de fiscalização, começando pelos comerciantes de obras de arte e antiguidade e, a partir daí, avançarmos para outros instrumentos mais efetivos. Só para ilustrar, semanalmente, nós recebemos na Promotoria diversas notícias de leilões de peças suspeitas de estarem sendo comercializadas de forma ilícita na Internet. Então, para nos ajustarmos aos novos tempos, às novas tecnologias, os órgãos de fiscalização e repressão, eles precisam desenvolver mecanismos de investigação mais eficazes, que sejam realmente capazes de acompanhar as novas tecnologias e, com isso, oferecer melhores resultados à sociedade.

**SR. ALEX LANZA:** O senhor já entrou um pouco nessa questão, mas fazendo um desenho mais amplo: qual é o cenário hoje em relação aos bens extraviados em Minas Gerais?

**SR. MARCELO DE AZEVEDO MAFFRA:** Alex, o cenário é extremamente preocupante. Nós temos percebido, na Promotoria de Justiça, um aumento significativo do comércio ilegal de bens culturais no estado de Minas Gerais. Com a pandemia, o tráfico nos meios digitais aumentou cerca de 400% dos índices anteriores. Nós temos uma estimativa de que mais de metade do patrimônio cultural mineiro, ele foi extraviado ao longo da nossa história. Tanto é que depois de tráfico de drogas e de armas, o comércio ilegal de bens culturais é o mercado ilícito mais lucrativo no mundo. Atualmente, existem, no estado de Minas Gerais, milhares de bens culturais móveis desaparecidos, e nós sabemos que a imensa maioria dessas vendas, elas ocorrem na Internet, principalmente nos sites de leilão virtual. Então, a Coordenadoria de Patrimônio Cultural tem verificado que, ao longo da nossa atuação, quanto antes nós conseguirmos atuar para investigar e apurar esses extravios, maiores são as nossas chances de recuperação desses bens. Isso porque a sociedade, ela é a melhor guardiã do seu patrimônio cultural. Então, a única forma de combatermos efetivamente essa prática é por meio de uma gestão participativa e compartilhada com a sociedade. Os últimos furtos que nós temos registro na coordenadoria, eles chegaram ao nosso conhecimento e foram rapidamente solucionados graças às precisas informações que foram fornecidas pelos denunciante. No entanto, a maior parte dos bens monitorados pela coordenadoria foram furtados há muitos anos. Então, nós temos um passivo de aproximadamente 700 bens sacros desaparecidos que constam no nosso cadastro e, além disso, mais de 5 mil bens móveis culturais que estão cadastrados no site do Iepha, do Iphan e também do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Esse número, Alex, ele é muito alto, principalmente se considerarmos que ele abrange apenas uma categoria de bem móvel. Então, com a ampliação do nosso banco de dados, a intenção é que nós chegaremos a índices significativos de bens desaparecidos no estado de Minas Gerais.

**SR. ALEX LANZA:** A questão da pandemia, promotor Marcelo Maffra, de alguma forma tem interferido nas ações do Ministério Público?

**SR. MARCELO DE AZEVEDO MAFFRA:** A pandemia, ela por si só não poderia constituir um obstáculo à proteção do patrimônio cultural, principalmente porque a nossa Constituição considera o meio ambiente equilibrado, inclusive, no que se refere ao seu aspecto cultural como essencial à qualidade de vida. Então, trata-se de uma obrigação inadiável, ela está relacionada à dignidade da pessoa humana. Então, as ações necessárias à conservação dos bens culturais, elas são consideradas como atividades essenciais, então, não podem ser interrompidas mesmo durante a pandemia. Até porque eventuais interrupções podem propiciar a ocorrência de danos irreparáveis no patrimônio cultural. Mas, como eu disse, o que nós percebemos em relação aos danos ao patrimônio cultural, na pandemia, foi, de fato, um incremento significativo no comércio ilegal por meio dos sites de leilão virtual.

**SR. ALEX LANZA:** Seguindo com a nossa conversa, promotor, falaremos agora um pouco sobre o aplicativo que será lançado pelo Ministério Público, que tem como um dos objetivos auxiliar no combate ao comércio ilegal de bens culturais em Minas Gerais. Como surgiu a ideia dessa ferramenta?

**SR. MARCELO DE AZEVEDO MAFFRA:** A ideia surgiu em 2008, quando o Ministério Público do Estado de Minas Gerais desenvolveu um banco de dados visando cadastrar todos os bens sacros desaparecidos do estado de Minas Gerais. Essa iniciativa, ela conseguiu consolidar aqueles bens desaparecidos que se encontravam nos sites do Iepha e do Iphan e também aqueles que já haviam sido registrados pelo Ministério Público. Então, com isso, nós conseguimos, naquela época, desenvolver uma iniciativa que foi muito exitosa no trabalho de identificação e recuperação de peças sacras. Esse trabalho rendeu excelentes frutos e foi reconhecido, inclusive, internacionalmente e serviu como piloto para que, atualmente, com esse incremento do comércio virtual de bens culturais, nós nos vimos forçados a ampliar as nossas ferramentas de investigação e agora desenvolver essa importante ferramenta que vai abranger não só os bens sacros, mas quaisquer bens culturais móveis desaparecidos no estado de Minas Gerais.

**SR. ALEX LANZA:** Quem são os parceiros do Ministério Público nesse projeto? E quando ele será lançado?

**SR. MARCELO DE AZEVEDO MAFFRA:** Alex, esse projeto, ele foi idealizado aqui pela equipe da Coordenadoria de Patrimônio Cultural, e nós contamos com o importante apoio, desde o início, que foi a Dra. Mariana Duarte Leão, promotora de Justiça de Paracatu, que além de apoiar intelectualmente a nossa ideia também nos

ajudou de forma decisiva a conseguir recursos de compensação ambiental para financiar esse projeto. Então, nós fechamos uma parceria com o Laboratório de Engenharia de Software da UFMG, que está desenvolvendo esse aplicativo. E ele será uma ferramenta que não permanece ao Ministério Público. A ideia é que nós desenvolvemos... nós vamos desenvolver uma ferramenta que sirva também ao Iphan, ao Iepha, ao Arquivo Público Mineiro e todos os órgãos empenhados na proteção do patrimônio cultural do estado de Minas Gerais.

**SR. ALEX LANZA:** Previsão de lançamento dele?

**SR. MARCELO DE AZEVEDO MAFFRA:** Nós trabalhamos com uma previsão agora no segundo semestre de 2021, talvez no mês de agosto ou setembro. Vamos fazer um evento oficial de lançamento. E a nossa intenção é que sirva de um pontapé inicial para a partir daí cada vez mais parceiros, mais interessados possam contribuir com esse projeto. E é importante frisar, Alex, que o maior parceiro que nós temos para o sucesso desse aplicativo é a comunidade, que, como eu disse, é a maior guardiã do patrimônio cultural.

**SR. ALEX LANZA:** Uma vez lançado o aplicativo, promotor de Justiça Marcelo Maffra, como as pessoas poderão contribuir em relação à fiscalização?

**SR. MARCELO DE AZEVEDO MAFFRA:** O aplicativo, ele vai funcionar da seguinte forma, a primeira etapa, ele vai trazer uma consolidação de todas as informações que nós temos compiladas nos bancos de dados dos órgãos de fiscalização. A partir dessa organização de informações, nós vamos disponibilizar esse banco de dados ao público em geral, para que seja possível a consulta em tempo real de todos os bens que encontram-se desaparecidos no estado de Minas Gerais. Com isso, a intenção é que a própria comunidade possa verificar aquele anúncio suspeito de comércio de bem em site de leilão virtual, se ele encontra-se cadastrado ou não no banco de dados. E, a partir daí, o nosso recebimento de denúncias, ele se torna muito mais qualificado. Então, a intenção é que em uma segunda etapa, ainda nesse ano de 2021, esse banco de dados possa ser utilizado por ferramentas de inteligência artificial que façam buscas em tempo real, 24h por dia, de quaisquer anúncios que possam se identificar com aquelas peças cadastradas no banco de dados ali disponível.

**SR. ALEX LANZA:** Para finalizar, além do aplicativo, o Ministério Público pretende incrementar de alguma outra forma o combate ao comércio ilegal de bens culturais?

**SR. MARCELO DE AZEVEDO MAFFRA:** O app, ele é um primeiro passo de um grande projeto de recuperação de bens culturais desaparecidos. Como eu disse, essa primeira fase traz uma integração de banco dados e uma abertura de um importante canal

com a comunidade. Com isso, Alex, nós vamos melhorar significativamente a qualidade das informações disponíveis para subsidiar as nossas ações de combate ao comércio ilegal. Na segunda etapa do projeto, a inteligência artificial vai permitir que seja rastreado na Internet qualquer anúncio de venda de bens cadastrados, possibilitando a imediata atuação do Ministério Público, com a rápida recuperação do objeto e a devolução ao local de origem. Mas o sucesso das ações de repressão aos crimes contra o patrimônio cultural, ele depende de ações preventivas imediatas, seja por impedir práticas irregulares pelo mesmo vendedor, seja por inibir outros potenciais traficantes de peças subtraídas. Em resumo, ele é um projeto integrador que visa as melhores tecnologias disponíveis e prevê uma atuação articulada do poder público com a sociedade, em prol da defesa do patrimônio cultural.

**SR. ALEX LANZA:** Agradecemos ao promotor de Justiça Marcelo Maffra, da Coordenadoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, que esteve conosco aqui no Vox, o podcast da web rádio do Ministério Público de Minas Gerais. Até uma próxima oportunidade. Muito obrigado, promotor.

**SR. MARCELO DE AZEVEDO MAFFRA:** Eu que agradeço, Alex, foi um prazer conversar sobre o patrimônio cultural. E a coordenadoria está à disposição dos colegas para trabalhar em conjunto.

**SR. ALEX LANZA:** Siga o Ministério Público nas redes sociais, procure por MPMG Oficial, no Facebook, no Instagram e no Twitter. Obrigado por acompanhar esse episódio e até o próximo Vox, o podcast da web rádio do MPMG.